



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2026

SISTEMA: REGISTRO DE PREÇOS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

1. OBJETO

1.1. REFERE-SE A REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA **AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E RECARGA DE GÁS DE COZINHA**, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE MONTE CARMELO/MG, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

1.2. A presente licitação observará o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, com a previsão de itens de participação exclusiva e cota reservada, nos termos do art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar nº 123/2006.

1.3. Será assegurada, ainda, prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, conforme disposto no §3º do art. 48 da referida Lei Complementar, combinado com o art. 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 2.748/2024.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, visando à futura, eventual e parcelada aquisição de água mineral e recarga de gás de cozinha, conforme necessidade da Administração Municipal, não havendo obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação vigente.

2.2. A descrição detalhada dos itens a serem adquiridos, contendo especificações técnicas, unidades de medida, quantitativos estimados, valores unitários e valores totais, bem como a indicação do critério de participação (itens exclusivos, cota principal e cota reservada), encontra-se consolidada na PLANILHA DE DESCRIÇÃO DOS ITENS, UNIDADE DE MEDIDA, QUANTIDADE, VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	PARTICIPAÇÃO
1	ÁGUA MINERAL NATURAL SEM GÁS, COPO 200 ML	UN	7.000	R\$ 1,02	R\$7.140,00	Exclusiva MPE's
2	ÁGUA MINERAL GALÃO DE 20 LITROS	UN	3.600	R\$ 24,02	R\$86.472,00	Livre Concorrência
3	ÁGUA MINERAL GALÃO DE 20 LITROS	UN	1.200	R\$ 24,02	R\$28.824,00	Cota MPE's
4	ÁGUA MINERAL COM GÁS, GARRAFA PET 500 ML	UN	3.000	R\$ 3,17	R\$9.510,00	Exclusiva MPE's
5	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, GARRAFA PET	UN	4.000	R\$ 3,03	R\$12.120,00	Exclusiva MPE's



	500 ML					
6	GÁS DE COZINHA GLP 13 KG - RECARGA	UN	1.500	R\$ 115,00	R\$172.500,00	Livre Concorrência
7	GÁS DE COZINHA GLP 13 KG - RECARGA	UN	500	R\$ 115,00	R\$57.500,00	Cota MPE's
8	GÁS DE COZINHA GLP 45 KG - RECARGA	UN	300	R\$ 447,04	\$134.112,00	Livre Concorrência
9	GÁS DE COZINHA GLP 45 KG - RECARGA	UN	100	R\$ 447,04	R\$44.704,00	Cota MPE's
O VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO É DE R\$ 552.882,00 (QUINHENTOS E CINQUENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS E OITENTA E DOIS REAIS).						
O INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES OFERTADOS SERÁ FIXADO EM 2% (DOIS POR CENTO), APLICÁVEL TANTO EM RELAÇÃO AOS LANCES INTERMEDIÁRIOS QUANTO AO LANCE QUE COBRIR A MELHOR OFERTA;						

2.3. Os quantitativos previstos constituem estimativa de consumo, elaborada com base na memória de cálculo constante do processo administrativo, podendo sofrer variações para mais ou para menos, conforme a demanda efetiva dos setores requisitantes, não gerando, em favor da contratada, direito à contratação de quantitativos mínimos.

2.4. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme as necessidades da Administração, mediante emissão de requisições formais pelos setores demandantes.

2.5. Os produtos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e da planilha indicada no item 2.2, observando, ainda, os padrões mínimos de qualidade, durabilidade e segurança aplicáveis, bem como as normas técnicas e regulamentares pertinentes.

2.6. Para fins de interpretação, execução e fiscalização contratual, prevalecerão as informações constantes da planilha referida no item 2.2, especialmente no que se refere às especificações dos itens.

2.7. O presente certame é composto por 09 (nove) itens, estruturados de modo a contemplar:

- I. itens destinados à participação exclusiva de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas;
- II. itens submetidos ao regime de cota principal e cota reservada, conforme aplicável.

2.7.1. Nos termos do art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar nº 123/2006, a organização do certame observará:

- I. 03 (três) itens destinados à participação exclusiva de ME/EPP e equiparadas, por apresentarem valor estimado inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- II. 03 (três) grupos de itens, com valor estimado superior ao referido limite, desmembrados em cotas, da seguinte forma:

- a) Cota Principal (75%) – destinada à ampla concorrência;
- b) Cota Reservada (25%) – destinada exclusivamente à participação de ME/EPP e equiparadas.

2.7.2. Em razão do desmembramento mencionado, os itens sujeitos à divisão em cotas correspondem a:

- a) Água mineral galão de 20 litros;
- b) Gás de cozinha GLP 13 kg – recarga;
- c) Gás de cozinha GLP 45 kg – recarga.

2.7.3. A correspondência entre os itens de cota principal e seus respectivos itens de cota reservada encontra-se devidamente indicada na planilha constante do item 2.2, devendo ser observada para todos os efeitos de participação e julgamento.



2.8. Será assegurada, quando aplicável, a prioridade de contratação para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas local e regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos do §3º do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, combinado com o art. 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 2.748/2024.

2.9. A contratação observará, no que couber, critérios de sustentabilidade, qualidade, durabilidade e adequação dos produtos às finalidades públicas, em conformidade com os princípios da eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação tem por finalidade suprir a demanda contínua de água mineral e recarga de gás liquefeito de petróleo (GLP), destinados ao atendimento das necessidades operacionais das diversas secretarias e setores da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo/MG.

3.2. Tais insumos são essenciais ao funcionamento cotidiano das atividades administrativas e operacionais, garantindo condições adequadas de trabalho aos servidores públicos e assegurando o atendimento digno à população usuária dos serviços públicos.

3.3. A ausência ou insuficiência desses itens compromete diretamente a continuidade dos serviços públicos, podendo acarretar interrupções nas atividades institucionais, prejuízos à saúde e ao bem-estar dos servidores e cidadãos, além de impactar negativamente a eficiência administrativa.

3.4. A água mineral é indispensável para o consumo humano seguro, especialmente em ambientes com grande circulação de pessoas, enquanto o gás liquefeito de petróleo (GLP) é essencial para o preparo de alimentos e demais atividades correlatas em unidades que demandam esse insumo.

3.5. Embora se tratem de itens de naturezas distintas, verifica-se que, no mercado, é comum a atuação de fornecedores que comercializam ambos os produtos, possuindo estrutura logística e operacional compatível para o fornecimento conjunto, o que permite a realização de licitação única sem prejuízo à competitividade.

3.6. Ademais, os itens apresentam similaridade quanto à forma de fornecimento, caracterizada por entregas parceladas, logística de distribuição descentralizada e, em determinados casos, utilização de sistema de troca de vasilhames, o que contribui para a padronização da execução contratual e para o ganho de eficiência administrativa.

3.7. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da natureza contínua e variável da demanda, permitindo que a Administração realize as aquisições conforme a necessidade efetiva, evitando desperdícios, reduzindo custos com armazenamento e garantindo maior flexibilidade na gestão dos recursos públicos.

3.8. A modelagem da contratação, com julgamento por item e previsão de tratamento favorecido às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, está em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e na Lei Complementar nº 123/2006, garantindo ampla competitividade, isonomia entre os licitantes e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

3.9. Dessa forma, a presente contratação se justifica como medida necessária, adequada e alinhada ao interesse público, assegurando a continuidade dos serviços, a eficiência administrativa e a adequada aplicação dos recursos públicos.



4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

4.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento contínuo e parcelado de água mineral e recarga de gás liquefeito de petróleo (GLP), por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços, visando atender às demandas das diversas secretarias e setores da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo/MG.

4.2. A execução do objeto será realizada conforme a necessidade da Administração, mediante requisições formais, durante o período de vigência da ata de registro de preços, não havendo obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados.

4.3. solução contempla o fornecimento dos seguintes itens, conforme especificações constantes da planilha do item 2.2:

4.3.1. Água mineral natural, própria para consumo humano, acondicionada em copos, garrafas ou galões, devidamente lacrados, dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas sanitárias vigentes;

4.3.2. Recarga de gás liquefeito de petróleo (GLP), em botijões padrão (P13 e P45 ou equivalentes), atendendo às normas técnicas e de segurança aplicáveis.

4.4. O fornecimento deverá observar rigorosamente os padrões de qualidade, segurança e conformidade, incluindo o atendimento às normas dos órgãos reguladores competentes, especialmente no que se refere às condições de envase, armazenamento, transporte e entrega dos produtos.

4.5. A operacionalização da solução prevê a entrega parcelada dos itens, conforme a demanda efetiva das unidades administrativas, permitindo maior controle de consumo, evitando desperdícios e reduzindo a necessidade de armazenamento excessivo.

4.6. A contratada será responsável pelo transporte, carga e descarga dos produtos, garantindo a entrega diretamente nos locais indicados pela Administração, sem custos adicionais, devendo dispor de estrutura logística compatível com a demanda do Município.

4.7. O ciclo de vida da solução compreende as etapas de aquisição, transporte, entrega, utilização e eventual substituição dos produtos, devendo a contratada assegurar, em todas essas fases, a integridade, qualidade e segurança dos itens fornecidos.

4.8. No que se refere à gestão de embalagens e recipientes, será adotado, sempre que aplicável, sistema de troca de vasilhames (galões de água e botijões de gás), promovendo o reuso e a sustentabilidade, podendo, em situações excepcionais, ser admitido o fornecimento de vasilhames em regime de comodato, sem ônus adicional para a Administração e desde que necessário à continuidade do fornecimento.

4.9. A solução não contempla a prestação de serviços de manutenção ou assistência técnica, por se tratar de fornecimento de bens de consumo, sendo, contudo, obrigatória a substituição imediata de produtos que apresentem defeitos, inconformidades ou estejam em desacordo com as especificações exigidas.

4.10. A modelagem adotada, com fornecimento parcelado e julgamento por item, permite a participação de fornecedores especializados, amplia a competitividade, assegura maior eficiência na gestão contratual e contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração



Pública.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. P A contratação deverá observar requisitos técnicos, funcionais, operacionais e ambientais, de modo a assegurar o fornecimento adequado dos produtos, a continuidade dos serviços públicos e o atendimento ao interesse público.

5.2. Requisitos técnicos

5.2.1. A água mineral deverá ser natural, própria para consumo humano, atendendo integralmente às normas sanitárias vigentes, devidamente acondicionada, lacrada, dentro do prazo de validade e em conformidade com os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes.

5.2.2. O produto deverá possuir registro e atender às exigências dos órgãos reguladores aplicáveis, garantindo sua qualidade, potabilidade e segurança para consumo.

5.2.3. O gás liquefeito de petróleo (GLP) deverá ser fornecido em botijões padrão (P13 e P45 ou equivalentes), atendendo às normas técnicas vigentes, especialmente quanto à segurança, armazenamento, transporte e manuseio.

5.2.4. Os botijões deverão estar em perfeitas condições de uso, com lacres intactos, sem sinais de avarias, vazamentos ou corrosão excessiva, devendo atender às normas de certificação aplicáveis.

5.2.5. Todos os produtos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e da planilha indicada no item 2.2.

5.3. Requisitos funcionais

5.3.1. A contratada deverá possuir capacidade de fornecimento contínuo e sob demanda, conforme as necessidades das unidades administrativas.

5.3.2. O fornecimento será realizado de forma parcelada, ao longo da vigência da ata de registro de preços, mediante requisições formais da Administração.

5.3.3. A contratada deverá garantir a substituição imediata de produtos que apresentem defeitos, inconformidades ou estejam em desacordo com as especificações exigidas.

5.3.4.

5.3.5. A contratada deverá disponibilizar canais de comunicação eficazes para recebimento de pedidos, acompanhamento das entregas e solução de eventuais demandas.

5.4. Requisitos operacionais

5.4.1. As entregas deverão ser realizadas diretamente nos locais indicados pela Administração, conforme definido neste Termo de Referência.

5.4.2. O fornecedor será responsável pelo transporte, carga e descarga dos produtos, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

5.4.3. A contratada deverá dispor de equipe capacitada para o transporte e manuseio dos produtos, observando as normas de segurança e boas práticas aplicáveis.

5.4.4. Deverão ser observadas as condições adequadas de transporte e armazenamento, de forma a garantir a integridade e qualidade dos produtos até o momento da entrega.

5.5. Requisitos de sustentabilidade

5.5.1. Deverá ser priorizado, sempre que aplicável, o uso de embalagens retornáveis, especialmente no caso de galões de água mineral e botijões de GLP, promovendo a redução de resíduos sólidos.

5.5.2. A contratada deverá assegurar a destinação ambientalmente adequada de recipientes



danificados ou inservíveis, em conformidade com a legislação vigente.

5.5.3. Sempre que possível, deverão ser adotadas práticas de logística reversa, especialmente no que se refere à troca de vasilhames.

5.5.4. Recomenda-se a adoção de práticas logísticas eficientes, visando à redução do consumo de combustível e das emissões de gases poluentes.

5.6. Padrões mínimos de qualidade e desempenho

5.6.1. Os produtos fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas e normas regulatórias vigentes.

5.6.2. Deverão ser garantidas condições adequadas de higiene, segurança e qualidade dos produtos durante todas as etapas do fornecimento.

5.6.3. A contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos de entrega e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6. INDICAÇÃO OU VEDAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS

6.1. A Administração, como regra geral, não realizará a indicação ou vedação de marcas, modelos ou fabricantes específicos, devendo as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência serem suficientes para a adequada caracterização do objeto, em observância aos princípios da isonomia e da competitividade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.2. A ausência de indicação de marca por parte da Administração não exime o licitante da obrigação de informar, em sua proposta, a marca, modelo e/ou fabricante dos produtos ofertados, quando aplicável, sob pena de desclassificação, caso não seja possível a adequada identificação do objeto.

6.3. Excepcionalmente, poderá ser admitida a indicação de marca ou modelo:

6.4. Como referência de qualidade ou padrão mínimo, desde que acompanhada das expressões “ou equivalente”, “ou similar” ou “ou de melhor qualidade”;

6.5. Quando tecnicamente justificada, nos termos da legislação vigente.

6.6. Na hipótese de utilização de marca como referência, caberá ao licitante comprovar, por meio de documentação técnica idônea, que o produto ofertado possui características equivalentes ou superiores às especificações estabelecidas.

6.7. É vedada a inclusão de especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias que possam restringir indevidamente a competitividade ou direcionar o certame.

6.8. A Administração poderá realizar diligências para verificação da conformidade dos produtos ofertados, inclusive quanto à marca, modelo e especificações técnicas apresentadas na proposta.

7. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

7.1. A apresentação de amostras não será exigida como regra geral, considerando a natureza dos itens objeto desta contratação, podendo, contudo, ser solicitada pela Administração, de forma motivada, para os itens considerados relevantes à avaliação de qualidade, desempenho e conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente aquelas constantes da planilha do item 2.2.

7.2. Quando exigidas, as amostras deverão ser apresentadas pelos licitantes provisoriamente classificados em primeiro lugar, mediante convocação formal da Administração, no prazo máximo de



até 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação.

7.3. As amostras deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo/MG, localizado na Avenida Dona Clara, nº 647, Centro, Monte Carmelo/MG, em horário e condições a serem definidos no edital.

7.4. A análise das amostras será realizada pela Secretaria requisitante, em conjunto com o Almoxarifado Central, por servidores devidamente designados, responsáveis pela verificação da conformidade dos produtos com as especificações técnicas, padrões de qualidade e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

7.5. A avaliação das amostras observará critérios objetivos, previamente definidos, assegurando os princípios da isonomia, transparência e julgamento objetivo, podendo a Administração realizar diligências complementares, quando necessário.

7.6. A não apresentação das amostras no prazo estabelecido, quando exigidas, ou a sua reprovação, implicará a desclassificação da proposta, sendo convocado o licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

7.7. Poderá ser dispensada a exigência de amostras, mediante decisão devidamente motivada, especialmente quando:

- a) o produto ofertado for de marca amplamente conhecida e consolidada no mercado;
- b) já houver fornecimento anterior à Administração com desempenho satisfatório;
- c) houver documentação técnica suficiente para aferição da qualidade e conformidade do produto.

8. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE OU GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. **Não será exigida carta de solidariedade**, garantia da proposta ou garantia da contratação, considerando a natureza comum do objeto, o baixo risco associado à execução contratual e a adoção do Sistema de Registro de Preços, que pressupõe contratações parceladas conforme a necessidade da Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.2. A não exigência de garantia não exime a contratada do cumprimento integral das obrigações assumidas, permanecendo sujeita às penalidades administrativas cabíveis, previstas na legislação vigente, no edital e na Ata de Registro de Preços, em caso de inadimplemento total ou parcial.

9. SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto desta contratação, considerando a natureza dos bens a serem fornecidos e a necessidade de controle direto da qualidade, procedência e condições de entrega dos produtos.

9.2. A contratada deverá executar integralmente o objeto, sendo responsável por todas as obrigações contratuais, não podendo transferir a terceiros, no todo ou em parte, o fornecimento dos itens, sem prejuízo das responsabilidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

9.3. Não se caracteriza como subcontratação a contratação de serviços acessórios, tais como transporte e logística de entrega, desde que não haja transferência da responsabilidade pelo fornecimento dos produtos, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução contratual.

10. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO



10.1. **Não será exigida garantia da contratação**, considerando a natureza comum do objeto, o baixo risco associado à execução contratual e a adoção do Sistema de Registro de Preços, que pressupõe contratações parceladas conforme a necessidade da Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.2. A não exigência de garantia não afasta a responsabilidade da contratada pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas, permanecendo sujeita às penalidades administrativas cabíveis, previstas na legislação vigente, no edital e na Ata de Registro de Preços, em caso de inadimplemento total ou parcial.

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1. O fornecimento dos produtos será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de requisições formais pelos setores demandantes, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

11.2. Condições gerais de fornecimento

11.2.1. Todos os itens fornecidos deverão atender às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e da planilha indicada no item 2.2, bem como às normas técnicas e regulamentações legais vigentes.

11.2.2. Os produtos que não atenderem às especificações exigidas, que apresentarem qualidade inferior ou qualquer tipo de inconformidade, serão recusados pela Administração, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

11.3. Prazo de início e fornecimento

11.3.1. O fornecimento deverá ser iniciado em até 02 (dois) dias úteis após a assinatura da Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente, sempre mediante emissão de autorização de fornecimento.

11.3.2. As entregas deverão ocorrer de forma imediata após a emissão da ordem de fornecimento, considerando a natureza dos itens e a inexistência de estoque de reserva por parte da Administração.

11.4. Forma de execução e logística

11.4.1. A contratada será responsável pelo transporte, carga e descarga dos produtos, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

11.4.2. As entregas deverão ser realizadas por profissionais capacitados, observando as normas de segurança, higiene e boas práticas aplicáveis ao transporte e manuseio dos produtos.

11.4.3. A contratada deverá dispor de estrutura logística adequada para garantir o atendimento contínuo e eficiente das demandas do Município.

11.5. Regime de fornecimento e gestão de vasilhames

11.5.1. O fornecimento dos produtos observará, sempre que aplicável, o sistema de troca de vasilhames, especialmente no caso de galões de água mineral de 20 litros e botijões de gás, devendo a contratada realizar a substituição de recipientes vazios por cheios no ato da entrega.

11.5.2. Poderá, em caráter excepcional, ser admitido o fornecimento de vasilhames em regime de comodato, sem ônus adicional para a Administração, quando necessário à continuidade do fornecimento.

11.5.3. Na hipótese de fornecimento em regime de comodato, caberá à contratada a responsabilidade pela gestão dos vasilhames, incluindo controle, substituição e manutenção das



condições adequadas de uso.

11.6. Continuidade do fornecimento

11.6.1. A contratada deverá garantir o fornecimento contínuo dos produtos, atendendo às necessidades da Administração sem interrupções.

11.6.2. Eventuais falhas ou atrasos na entrega poderão ensejar a aplicação das penalidades previstas na legislação vigente, no edital e na Ata de Registro de Preços.

11.7. Sustentabilidade na execução

11.7.1. Deverão ser observadas práticas sustentáveis na execução do objeto, incluindo a utilização de embalagens retornáveis e a adoção de sistema de troca de vasilhames.

11.7.2. A contratada deverá assegurar a destinação ambientalmente adequada de recipientes danificados ou inservíveis, quando aplicável.

11.8. Condições específicas de qualidade

11.8.1. A água mineral deverá ser fornecida em condições adequadas de higiene, devidamente lacrada, dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

11.8.2. O gás liquefeito de petróleo (GLP) deverá ser fornecido em botijões seguros, íntegros e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, sendo vedado o fornecimento de recipientes com defeitos, avarias ou vazamentos.

12. REGRAS RELATIVAS À EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

12.1. As entregas deverão ser realizadas de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante requisições formais emitidas pelos setores demandantes.

12.2. Os produtos deverão ser entregues diretamente nos locais indicados pela Administração, abrangendo todas as unidades vinculadas ao Município de Monte Carmelo/MG, tais como: **unidades da rede municipal de ensino, incluindo Escolas Municipais (EM), Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), Centros Educacionais Infantis (CEI) e Centros Educacionais Infantis Municipais (CEIM); unidades da rede municipal de saúde, incluindo postos de saúde, unidades básicas, hospital municipal e pronto atendimento; sedes das secretarias municipais e seus respectivos setores administrativos e, no almoxarifado central e demais unidades administrativas do Município.**

12.3. Os locais de entrega serão definidos conforme a necessidade dos setores requisitantes, podendo ser indicados outros endereços dentro do território do Município, sem que isso implique alteração das condições contratuais ou acréscimo de custos para a Administração.

12.4. As entregas deverão ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas após a emissão da ordem de fornecimento, podendo, em casos excepcionais e devidamente justificados pela Administração, ser exigido prazo inferior, compatível com a urgência da demanda.

12.5. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, observando-se a integridade das embalagens, lacres intactos, prazo de validade adequado e ausência de avarias ou defeitos.

12.6. No caso do fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP), os botijões deverão estar em perfeitas condições de segurança, sendo vedado o fornecimento de recipientes com vazamentos, amassados, corrosão excessiva ou qualquer outro defeito que comprometa sua utilização.

12.7. Os produtos entregues em desacordo com as especificações serão recusados pela



Administração, devendo ser substituídos pela contratada no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12.8. A entrega será acompanhada de documento fiscal correspondente, contendo a descrição detalhada dos produtos fornecidos, quantitativos e valores, em conformidade com a ordem de fornecimento.

13. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E DE PAGAMENTO

13.1. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

13.1.1. O recebimento dos produtos será realizado pelos servidores designados para a fiscalização do contrato, mediante verificação da conformidade dos itens entregues com as especificações constantes neste Termo de Referência e na respectiva ordem de fornecimento.

13.1.2. O recebimento dar-se-á em duas etapas:

I – Recebimento provisório, no ato da entrega, para verificação quantitativa dos produtos;

II – Recebimento definitivo, após a verificação da conformidade qualitativa dos itens, no prazo de até 02 (dois) dias úteis.

13.1.3. Os produtos somente serão considerados aceitos após o recebimento definitivo, desde que atendidas todas as exigências técnicas, de qualidade e de segurança estabelecidas.

13.1.4. Serão recusados os produtos que:

I – Não estejam em conformidade com as especificações técnicas;

II – Apresentem defeitos, avarias ou sinais de violação;

III – estejam fora do prazo de validade ou em condições inadequadas de consumo;

IV – Apresentem irregularidades quanto à segurança, especialmente no caso de botijões de GLP.

13.1.5. Os produtos recusados deverão ser substituídos pela contratada no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

13.2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.2.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento definitivo dos produtos e da apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pela fiscalização.

13.2.2. A nota fiscal deverá conter a descrição detalhada dos produtos fornecidos, quantitativos, valores unitários e totais, em conformidade com a ordem de fornecimento.

13.2.3. O pagamento ficará condicionado à regularidade fiscal e trabalhista da contratada, conforme exigido na legislação vigente.

13.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização da pendência, sem ônus para a Administração.

13.2.5. Não será efetuado pagamento de produtos que não tenham sido entregues ou que tenham sido rejeitados pela Administração.

13.3. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

13.3.1. Os pagamentos serão efetuados por meio de ordem bancária, em conta indicada pela contratada.

13.3.2. Poderão ser realizadas retenções tributárias na forma da legislação vigente.



14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

14.1. A O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação vigente.

14.2. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item, observadas as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.

14.3. A disputa será realizada de forma eletrônica, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico indicado no edital, assegurando transparência, competitividade e ampla participação dos licitantes.

14.4. A seleção do fornecedor observará os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório.

14.5. Tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte

14.5.1. Será assegurado tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

14.5.2. O certame contemplará:

I – Itens destinados à participação exclusiva de ME/EPP e equiparadas, conforme limite legal;

II – Itens com divisão em cota principal (75%) e cota reservada (25%), quando aplicável;

III – Prioridade de contratação para ME/EPP sediadas local e regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, conforme legislação vigente.

14.6. Forma de fornecimento

14.6.1. O fornecimento dos produtos será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

14.6.2. A contratação não obriga a Administração à aquisição da totalidade dos quantitativos estimados, sendo os pedidos realizados de acordo com a demanda efetiva dos setores requisitantes.

14.6.3. Os fornecimentos serão formalizados por meio de ordens de fornecimento ou instrumento equivalente, emitidos pela Administração.

14.7. Adjudicação e contratação

14.7.1. A adjudicação será realizada por item, permitindo a participação de diferentes fornecedores, conforme a melhor proposta apresentada.

14.7.2. A formalização da contratação ocorrerá por meio de Ata de Registro de Preços, podendo ser complementada por instrumento contratual ou documento equivalente, conforme a necessidade da Administração.

15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO - PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ O LICITANTE COMPROVAR OS SEGUINTE REQUISITOS:

15.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

15.1.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

15.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio



<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

15.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.1.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

15.1.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.1.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

15.1.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

15.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

15.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

15.2.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

15.2.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a (**CNDT**) Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

15.2.4. **FICAL 01** - Prova de regularidade com a Fazenda [**Municipal**/Distrital] do município domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

15.2.5. **FICAL 02** - Prova de regularidade com a Fazenda [**Estadual**/Distrital] do estado domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

15.2.6. **FICAL 03** - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à **Dívida Ativa da União** (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

15.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente,



na forma da lei.

15.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

15.2.9. **Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial**, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP);

15.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

15.3.1. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

15.3.2. **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei (termo de abertura e encerramento do livro diário quando o registro do Órgão Competente constar somente neste), devidamente autenticados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente.

15.3.3. Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

15.3.4. Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado de sua sede e jornais de grande circulação;

15.3.5. Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis deverá possuir **registro no órgão competente**;

15.3.6. Quando a licitante, se utilizar da escrituração em forma eletrônica (SPED), deverá ser apresentada a escrituração em livro digital, que deverá conter o balanço patrimonial e demonstrativo de resultado autenticado na forma eletrônica, acompanhado do Recibo de entrega do livro digital/Termo de Autenticação do Livro Diário.

15.3.7. Quando se tratar de sociedade constituída há menos de um ano, esta, deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

15.3.8. Os documentos referidos no item 16.3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

15.3.9. A boa situação econômico-financeira da licitante será comprovada através de memorial de cálculo, assinado por profissional habilitado da área contábil, conforme os índices a seguir mencionados:

15.3.9.1. Índice de Liquidez Corrente: $ILC = AC / PC$, onde $ILC \geq 1,0$;

15.3.9.1.1. ILC = Liquidez Corrente; AC = Ativo Circulante; PC = Passivo Circulante.

15.3.9.2. **Índice de Liquidez Geral:** $ILG = (AC + RLP) / (PC + Ex. LP)$, onde $ILG \geq 1,0$;

15.3.9.2.1. ILG = Índice de Liquidez Geral; AC = Ativo Circulante; RLP = Realizável a Longo Prazo; PC = Passivo Circulante; ELP = Exigível a Longo Prazo.

15.3.9.3. **Índice de Solvência Geral:** $ISG = (AT) / (PC + PNC)$, onde $ISG \geq 1,0$;

15.3.9.3.1. ILG = Índice de Liquidez Geral; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PNC = Passivo não Circulante.



15.3.10. Considerando que será exigida a apresentação dos balanços patrimoniais dos últimos 02 (dois) exercícios, deverão ser elaborados um memorial para cada exercício financeiro apresentado.

15.3.11. A licitante que não atender em um dos exercícios as exigências acima dispostas, poderá de forma subsidiária para fins de qualificação econômico-financeira, comprovar patrimônio líquido ou capital social de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

15.3.12. Caso a licitante não cumpra nenhuma das exigências dispostas, ela será considerada inabilitada do certame.

15.4. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

15.4.1. Deverá ser apresentado **um ou mais atestado(s)** de capacidade técnica da empresa, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, vedada a emissão de atestado(s) pela própria empresa licitante ou por empresa integrante do mesmo grupo empresarial. O(s) atestado(s) deverá(ão), obrigatoriamente, conter as seguintes informações mínimas:

15.4.1.1. Nome, CNPJ e endereço completo da emitente;

15.4.1.2. Descrição dos serviços prestados ou produtos fornecidos, com indicação de que são compatíveis com o objeto desta licitação;

15.4.1.3. Nome e CNPJ da empresa que executou os serviços;

15.4.1.4. Data de emissão do atestado;

15.4.1.5. Assinatura e identificação do signatário, com indicação do nome e do cargo ou função que exerce junto à emitente.

16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

16.1. O valor estimado da contratação foi apurado com base em pesquisa de preços realizada conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, considerando os preços praticados no mercado para fornecimento de produtos com características semelhantes ao objeto desta contratação.

16.2. A estimativa de preços levou em consideração, sempre que possível, dados oriundos de contratações anteriores da Administração, bem como informações obtidas junto a fornecedores do ramo, garantindo a fidedignidade dos valores apurados.

16.3. O valor total estimado da contratação é de R\$ 552.882,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e dois reais), conforme detalhamento constante da planilha indicada no item 2.2 deste Termo de Referência.

16.4. Os valores unitários e totais estimados por item encontram-se discriminados na planilha constante do item 2.2, a qual integra este Termo de Referência para todos os fins.

16.5. Ressalta-se que os quantitativos estimados foram definidos com base em memória de cálculo fundamentada no histórico de consumo das diversas secretarias e setores da Administração Municipal, considerando, especialmente, os dados de contratações anteriores, bem como a projeção da demanda futura.

16.6. Em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços, o valor estimado não implica obrigatoriedade de contratação integral, podendo a Administração realizar aquisições conforme a sua necessidade, observada a disponibilidade orçamentária.



17. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1. A gestão e a fiscalização da execução da contratação decorrente deste Termo de Referência serão realizadas por servidores formalmente designados pela Administração, nos termos da legislação vigente e da regulamentação municipal aplicável.

17.2. A designação do gestor e dos fiscais do contrato observará o disposto na Portaria nº 16.159, de 02 de fevereiro de 2026, ou outra que vier a substituí-la, devendo os servidores indicados possuir atribuições compatíveis e conhecimento necessário para o acompanhamento da execução contratual.

17.3. **Do gestor do contrato** - Compete ao gestor do contrato:

17.3.1. acompanhar a execução global da contratação, assegurando o cumprimento das condições estabelecidas;

17.3.2. coordenar as atividades de fiscalização;

17.3.3. promover a interlocução entre a Administração e a contratada;

17.3.4. adotar as providências necessárias à regular execução do contrato;

17.3.5. encaminhar à autoridade competente eventuais ocorrências que demandem aplicação de sanções ou medidas administrativas.

17.4. **Dos fiscais do contrato** - Compete aos fiscais do contrato:

17.4.1. acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada;

17.4.2. atestar o recebimento provisório e definitivo dos produtos;

17.4.3. verificar a conformidade dos produtos com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;

17.4.4. registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;

17.4.5. comunicar ao gestor do contrato eventuais irregularidades ou descumprimentos;

17.4.6. solicitar a substituição de produtos em desacordo com as exigências estabelecidas.

17.5. **Procedimentos de fiscalização**

17.5.1. A fiscalização será exercida de forma contínua e sistemática, com base em critérios objetivos definidos neste Termo de Referência.

17.5.2. A execução contratual deverá ser acompanhada por meio de registros formais, incluindo ordens de fornecimento, notas fiscais, relatórios de entrega e demais documentos pertinentes.

17.5.3. A fiscalização poderá, a qualquer tempo, realizar diligências para verificar a qualidade dos produtos fornecidos, podendo, inclusive, recusar itens em desacordo com as especificações.

17.6. **Irregularidades e sanções**

17.6.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na legislação vigente, no edital e na Ata de Registro de Preços.

17.6.2. As ocorrências verificadas durante a execução deverão ser formalmente registradas e comunicadas ao gestor do contrato para as providências cabíveis.

17.7. **Responsabilidade da contratada**

17.7.1. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto ao cumprimento integral das obrigações assumidas, inclusive perante terceiros.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, destinadas ao atendimento das demandas das diversas secretarias e setores da Administração Municipal de Monte Carmelo/MG.

18.2. Considerando a adoção do Sistema de Registro de Preços, não há obrigatoriedade de prévia reserva orçamentária integral do valor estimado da contratação, sendo a indicação da dotação exigida no momento da formalização de cada contratação específica, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

18.3. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços estarão condicionadas à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, devendo cada aquisição ser precedida da emissão da respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente.

18.4. A presente contratação encontra-se compatível com os instrumentos de planejamento da Administração Pública, incluindo o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme demonstrado nos autos do processo administrativo.

19. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO DO OBJETO

19.1. A presente contratação será realizada de forma parcelada por item, contemplando separadamente o fornecimento de água mineral e a recarga de gás liquefeito de petróleo (GLP), com o objetivo de ampliar a competitividade do certame e possibilitar a participação de um maior número de fornecedores.

19.2. O parcelamento da contratação mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajoso, considerando que, no mercado, é comum a atuação de empresas especializadas em apenas um dos itens, o que poderia restringir a competitividade caso a contratação fosse realizada de forma conjunta.

19.3. Ademais, o parcelamento contribui para evitar a concentração de mercado, promovendo maior isonomia entre os licitantes e possibilitando à Administração a obtenção de propostas mais vantajosas.

19.4. A divisão do objeto em itens distintos não compromete a eficiência administrativa, uma vez que os produtos possuem naturezas distintas, cadeias de fornecimento independentes e não demandam integração técnica entre si.

19.5. Ressalta-se, ainda, que o parcelamento reduz o risco de desabastecimento, tendo em vista que eventual inexecução contratual por parte de um fornecedor não comprometerá o fornecimento dos demais itens, assegurando maior continuidade dos serviços públicos.

19.6. Dessa forma, a modelagem adotada atende aos princípios da competitividade, economicidade e eficiência, estando em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

20. DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

20.1. As partes comprometem-se a cumprir integralmente a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame, da apresentação de proposta ou da execução do contrato administrativo, responsabilizando-se pelo tratamento adequado dessas informações.

20.2. Os dados pessoais obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso, em conformidade com a boa-fé e com os princípios previstos no art. 6º da LGPD.



20.3. É vedado o compartilhamento, a divulgação ou a utilização dos dados pessoais para finalidades diversas daquelas previstas no contrato, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas em lei.

20.4. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, acerca de todos os contratos de suboperação, subcontratação ou instrumentos congêneres firmados ou que venham a ser celebrados e que tenham relação com o objeto desta contratação.

20.5. Encerrado o tratamento dos dados pessoais, nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais, observados os respectivos prazos prescricionais.

20.6. É dever da CONTRATADA orientar, treinar e capacitar seus empregados, colaboradores e prepostos acerca das obrigações, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, garantindo o adequado tratamento dos dados pessoais.

20.7. A CONTRATADA deverá exigir de eventuais suboperadores, subcontratados ou terceiros contratados o cumprimento integral das disposições desta cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

20.8. A CONTRATANTE poderá realizar diligências, auditorias ou solicitar documentos para verificar o cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente aos pedidos formulados.

20.9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca do tratamento de dados pessoais, inclusive quanto à sua utilização, armazenamento, compartilhamento e eventual eliminação, para fins de verificação do cumprimento da LGPD.

20.10. O presente contrato poderá ser alterado para adequação aos procedimentos e normas relativas à proteção de dados pessoais, sempre que necessário, em especial em decorrência de orientações, recomendações ou determinações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

20.11. Os contratos e instrumentos congêneres que envolvam tratamento de dados pessoais poderão ser comunicados à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, quando aplicável, nos termos da LGPD e da regulamentação vigente.

20.12. A CONTRATADA deverá manter atualizadas as informações referentes ao seu Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (Data Protection Officer – DPO), conforme art. 41 da LGPD, fornecendo, no mínimo, nome, e-mail e telefone para comunicação direta com a CONTRATANTE, a ANPD e os titulares dos dados.

20.13. Em caso de incidente de segurança que envolva dados pessoais, a CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, contadas da ciência do incidente, fornecendo informações detalhadas necessárias ao cumprimento do art. 48 da LGPD e das normas expedidas pela ANPD.

20.14. Para os fins desta cláusula, as partes reconhecem que:

20.14.1. a CONTRATANTE atuará, em regra, na qualidade de Controladora dos dados pessoais;

20.14.2. a CONTRATADA atuará na qualidade de Operadora dos dados pessoais; e

20.14.3. nas hipóteses de controladoria conjunta, as partes responderão solidariamente pelos danos



causados, nos termos do art. 42 da LGPD.

21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

21.1. O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como com a legislação complementar e regulamentação municipal vigente, observando os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, transparência, isonomia e supremacia do interesse público.

21.2. O objeto da contratação encontra-se devidamente caracterizado e justificado nos autos do processo administrativo, com base no Documento de Formalização de Demanda (DFD), no Estudo Técnico Preliminar (ETP), na memória de cálculo e nos demais documentos que instruem a fase preparatória.

21.3. Os quantitativos estimados foram definidos com base em memória de cálculo fundamentada no histórico de consumo das diversas secretarias e setores da Administração Municipal, especialmente considerando contratações anteriores, bem como a projeção da demanda futura, garantindo maior precisão na estimativa e adequada aplicação dos recursos públicos.

21.4. A modelagem da contratação, por meio de Pregão Eletrônico sob o Sistema de Registro de Preços, com julgamento por item e fornecimento parcelado, mostra-se adequada à natureza do objeto, assegurando maior competitividade, flexibilidade na gestão da demanda e eficiência na execução contratual.

21.5. Foram observadas as disposições relativas ao tratamento favorecido às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, promovendo o desenvolvimento econômico local e regional, sem prejuízo da competitividade e da obtenção da proposta mais vantajosa.

21.6. As condições de execução, entrega, fiscalização e pagamento foram estabelecidas de forma clara e objetiva, garantindo a adequada prestação do fornecimento, a qualidade dos produtos e o controle efetivo da execução contratual.

21.7. Dessa forma, conclui-se que o presente Termo de Referência constitui instrumento técnico suficiente e adequado para subsidiar a realização do procedimento licitatório, bem como a formalização da Ata de Registro de Preços e eventuais contratações dela decorrentes, atendendo plenamente ao interesse público e às necessidades da Administração.

Monte Carmelo, 10 de abril de 2026.

Fábio José Gonçalves

Secretaria de desenvolvimento econômico, inovação, governo e turismo

Prefeitura Municipal de Monte Carmelo